



processo nº

266/2021/URB

local

CANEDO VFR

requerente

Manuel de Almeida e Silva

e-mail do destinatário

destinatário

classificação

Aviso Nº 14520/2021/INT

Med. 275/10

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 3 do art. 27º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, conjugado com o art. 13º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, publicado no Diário da República n.º 203, II Série, de 16/10/2015, torna-se público que se encontra pendente nesta Câmara Municipal o pedido de **licenciamento** para alteração ao lote nº 8 do alvará de loteamento n.º 10/93, emitido em 30/04/1993, o qual consiste em modificar o polígono base; modificar o uso de edifício principal (de habitação unifamiliar para edifício de habitação coletiva com 2 fogos (moradias geminadas); aumentar a área de implantação (de 119m2 para 331 m2); aumentar a área de construção total (de 238m2 para 603m2); constituição de uma área de anexos (59,00m2) e aumento do n.º de fogos (de 1 para 2 fogos). -----

O lote a alterar está descrito na Conservatória do Registo Predial Comercial e Automóvel de Santa Maria da Feira sob o nº 695/19930514 e inscrito na matriz urbana sob o artigo 3633, da União das freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, deste concelho. -----

A consulta pública, decorrerá pelo período de 10 dias úteis, contados do último dos avisos publicados no Diário da República, no jornal nacional e no Portal do Município em www.cm-feira.pt. Durante o período da consulta pública, o(s) interessado(s) podem consultar todo o processo na Câmara Municipal, sita no Largo da República, em Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente e, no caso de oposição, apresentar, por escrito, exposição devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 03/05/2021

A Chefe de Divisão/O Diretor de Departamento

Por (sub) delegação:

Documento assinado eletronicamente.
Esta assinatura substitui a assinatura autografada.
(art. 7.º do D.L. 88/2009, de 9 de abril)